

## OS NOVOS DILEMAS EDUCACIONAIS: ESBOÇO DE UM ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA

### THE NEW EDUCATIONAL DILEMMAS: DRAFTING A SOCIOLOGICAL INTERPRETATION

Recebido em: 20/08/2021

Aceito em: 10/09/2021

Gustavo Antunes Duarte<sup>1</sup>  
Fernanda Bestetti de Vasconcellos<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende organizar uma breve exposição acerca do tratamento sociológico da educação, e também de seus aspectos enquanto dilema social e fator de mudança social. Em um primeiro momento, teremos como base as contribuições de Florestan Fernandes e Karl Mannheim para delimitar o objeto de análise deste trabalho. Posterior a isso, entraremos propriamente na discussão acerca das dificuldades de interação e definição de papel institucional de cada ator social envolvido na educação. O objetivo da apresentação e da análise teórica do trabalho, consiste em nos contextualizar e auxiliar na interpretação prática do dilema da educação enquanto uma questão social. Contudo, o objetivo principal é dar luz às influências sociais das famílias dos educandos e os desafios impostos à toda comunidade escolar no que tange a educação, a integração e a delimitação entre as atuações envolvidas no desenvolvimento do processo educacional. Realizada esta fundamentação, pretendemos realizar uma entrevista com a professora e pesquisadora Iana Gomes de Lima, onde abordaremos as novas perspectivas educacionais impostas pela pandemia do coronavírus.

**Palavras-chave:** Sociologia da Educação; Processos de Escolarização; Ensino Remoto; Educação e Pandemia.

**Abstract:** The present work intends to organize a brief exposition about the sociological treatment of education, as well as its aspects as a social dilemma and a factor of social change. At first, we will have as bases the contributions of Florestan Fernandes and Karl Mannheim to delimit the object of analysis of this work. Afterwards, we will properly enter into the discussion about the difficulties of interaction and definition of the institutional role of each social actor involved in education. The objective of the presentation and theoretical analysis of the work is to contextualize and assist in the practical interpretation of the education dilemma as a social issue. However, the main objective is to shed light on the social influences of the students' families and the challenges imposed on the entire school community regarding education, integration and delimitation between the actions involved in the development of the educational process. Once this reasoning is done, we intend to conduct an interview with professor and researcher Iana Gomes de Lima, where we will address the new educational perspectives imposed by the coronavirus pandemic.

**Keyword:** Sociology of Education; Schooling Processes; Remote Teaching; Education and Pandemic.

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e petiano no grupo PET Conexões de Saberes Ciências Humanas, campus do Vale. Pesquisa sobre Sociologia da Educação, com ênfase em Educação e Mudança Social. [gand8399@gmail.com](mailto:gand8399@gmail.com) ORCID: 0000-0001-8724-1701

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e tutora do grupo PET Conexões de Saberes Ciências Humanas, campus do Vale. [fernanda.bestetti@ufrgs.br](mailto:fernanda.bestetti@ufrgs.br) ORCID: 0000-0002-5212-3585

## **INTRODUÇÃO**

Não há como se pensar em educação sem antes se debruçar sobre a processualidade histórica dos processos educacionais. A educação no Brasil, em decorrência da predominância das bases conservantistas da burguesia brasileira, introvertidas em noções arraigadas ao passado, de valores individualistas e sem pudor resultaram neste quadro extremamente desigual entre as classes sociais. A educação por aqui se desenvolveu sob o jugo da dependência externa e do subdesenvolvimento.

Um traço característico e estruturante das relações produzidas no contexto de dependência, tais como o dos países latino-americanos - o qual o Brasil é figura central, é a concentração dos valores hegemônicos. Valores estes que transcendem a figura das burguesias nacionais, sendo estas, meras reprodutoras de concepções e valores instituídos em outras realidades sociais e contextos políticos e econômicos. Nesse sentido, em favor da manutenção do status e do poder das camadas dominantes que a educação é organizada. Assim, restringindo o acesso ou então distinguindo de forma finalística e demarcada - ensino intelectual e ensino profissional - o destino social dos sujeitos escolarizados, ao invés de proporcionar e fortalecer os ideais democráticos e o desenvolvimento do país.

Partindo destes elementos centrais, a tarefa sob a qual visa o presente trabalho é a de explorar as implicações destas dinâmicas sociais e as influências que os contextos familiares exercem, tanto sobre o grau de desenvolvimento educacional, bem como as estruturas sociais que se organizam e agem sob os mesmos. Em suma, trata-se de observar as formas sob as quais se desenvolveram os ideais democráticos paralelos ao campo educacional, as influências dos contextos sociais, bem como as novas disposições e dinâmicas exigidas pela pandemia do coronavírus.

## **A NATUREZA SOCIOLÓGICA DA EDUCAÇÃO**

Conforme explicitado na introdução acima, a educação emerge dentro de um contexto conjuntural e de um quadro histórico, ela é expressão da realidade política e econômica de uma nação. Destacados estes dois elementos fulcrais, agora cabe observar quais seus efeitos na formação dos sujeitos.

Desde já, é preciso destacar a educação enquanto um fator de produção de sujeitos: por meio da educação o homem passa a se compreender enquanto ser social. Dito de outra forma, ela modela o homem, entretanto, é ele próprio que determina, socialmente, a extensão das funções construtivas da educação em sua vida (FERNANDES, 2005). Isto posto, no Brasil existe um entrave histórico no

que tange os problemas educacionais presentes, tais entraves encontram-se associados ao alcance da democratização do ensino, bem como a superação das barreiras sociais que restringem seu uso e fortalecem práticas de manutenção dos privilégios sociais. Um elemento que tipificou as relações estruturantes do Brasil, foi a fusão entre os valores conservadores no campo da cultura e da política e os princípios liberais no campo econômico. Destacando estes elementos formadores da sociedade brasileira, torna-se possível interpretarmos a complexidade do dilema social existente no Brasil, no qual de um lado temos forças que disputam conservar-se no poder, e do outro temos uma sociedade que se desenvolve política e economicamente, exigindo mudanças estruturais nas dinâmicas sociais.

Torna-se evidente a torrente de transformações vivenciadas pelo país desde de os anos 30, depois desse período, e após a queda da ditadura militar, teremos uma nova torrente de manifestações. As mudanças sociais vivenciadas sob a ditadura, fizeram florescer um forte espírito democrático na sociedade brasileira, espírito este que teve como um de seus fios condutores a educação e, principalmente, o movimento estudantil.

Com a queda do regime ditatorial em 1988 e a reabertura democrática no Brasil, a pauta educacional passou a representar uma das principais frente de disputas daquele período. Tendo assim como destaque o extenso debate acerca de uma educação orientada para a mudança social, e também para a extensão das oportunidades educacionais às classes mais baixas e socialmente vulneráveis. Ao lado da promulgação da LDB, encontrava-se também uma nova concepção pedagógica, que acreditava em uma pedagogia voltada para a igualdade e contra a democracia restrita imperante no país. Dentre os defensores desta perspectiva, encontrava-se Florestan Fernandes.

Para Fernandes, assim como para Mannheim - e em certa medida, até mesmo para Marx, a ideia do fator humano, ou seja, do homem enquanto ser social, é um elemento estratégico em qualquer sociedade. Desse jeito, os autores se ancoram sob a assunção marxiana de que os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem e nem sob as circunstâncias de sua vontade, mas sim daqueles legados transmitidos pela sociedade. Em outras palavras, o chão sob o qual se desenvolve a vida, encontra-se engendrada em uma série de dinâmicas políticas, econômicas e históricas, sendo dentro do limite deste quadro e das influências dos elementos citados, a ação dos atores sociais.

Feita esta breve digressão, voltando a Fernandes e a implicação desta perspectiva no campo educacional, tomando a educação enquanto relação social, enquanto uma dinâmica dotada de sentido em determinado bloco histórico, tendo assim elas diferentes sentidos e empreendimentos ao longo da história. Nesse sentido, quando buscamos tratar de uma reforma educacional, tal ação não se encontra

fundada no indivíduo isoladamente. Ao contrário disso, a base da educação sobre estas perspectivas, é a do indivíduo considerado enquanto cidadão e integrante da sociedade.

Deste modo, a educação, enquanto expressão da estrutura societária, no caso corrente, de uma sociedade estruturada em classes, e por tanto, dividida entre interesses distintos, entre os valores e empreendimentos daqueles que visam a manutenção de sua dominação, e aqueles que lutam pela emancipação e superação da condição de inferiorização. Nesse contexto, a educação, assim como a democracia, é apresentada enquanto um processo, um investimento para produção de valores e atitudes coerentes que visam a estrutura social almejada.

Pensando no quadro histórico da sociedade brasileira, a qual se modernizou no campo econômico a passos largos na medida em que no campo da cultura e dos valores políticos continuou cultivando os mesmos princípios arcaicos das sociedades escravocratas, de tal forma, são fenômenos contínuos e não processos finalísticos. Nesse sentido, a depender da sociedade e da conjuntura histórica, a educação tenderá a desempenhar funções dinâmicas ou estáticas, como no caso brasileiro, sob o qual, ao longo da história republicana, o campo educacional tem se apresentado como instrumento de dominação de classe e de distinção social. Apresentada esta fundamentação sociológica da natureza educativa e dos principais dilemas enfrentados por ela. Ainda resta destacar um último elemento presente em Mannheim, o qual Fernandes utiliza para analisar as mudanças possíveis para maior ampliação do ensino escolar bem como, a maior efetivação da democratização das instituições sociais brasileiras, este elemento é a ideia da educação enquanto uma técnica social.

A educação serve à democracia na medida em que se decide usar as técnicas pedagógicas democraticamente, para amparar e expandir as convicções fundamentais da concepção democrática de mundo, formar personalidades democráticas e robustecer tendências do comportamento fundadas no estilo democrático de vida (OLIVEIRA, 2010, p. 53 apud FERNANDES, 1966, p. 534).

## **A EDUCAÇÃO ENQUANTO AGENTE DA MUDANÇA SOCIAL**

A centralidade da perspectiva educativa enquanto técnica social (MANNHEIM, 1972), isto é, enquanto uma ação dirigida para a produção de determinados fins, surge ao passo em que, as estruturas sociais organizadas sob o regime democrático exigem maior difusão dos ideais e dos valores democráticos. Neste panorama, a escola aparece como meio de difusão e um dos principais elementos na direção da mudança cultural dirigida, ao lado de demais fatores como a comunicação, a propaganda e a própria política.

Fernandes (2005) seguindo os preceitos de Mannheim, irá analisar a educação sob a perspectiva do mundo social e das forças socializadoras da escola, como meio de estabilizar e promover a evolução do regime democrático por meio da construção da cidadania individual e coletiva, convertendo atores sociais marginalizados. É nesse sentido, que o autor interpreta a democracia restrita enquanto fundamento do dilema educacional brasileiro.

A perspectiva de educação exposta até aqui, enquanto um processo construído socialmente, indicam um processo dinâmico, crítico e reflexivo e que não descarta os contextos sociais e as vivências experienciadas. Neste sentido, a educação possui a potencialidade de organizar e desenvolver as relações sociais, tanto para o avanço, como para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Conforme expõe Mannheim (1972, p. 29): “Não basta proporcionar oportunidades educacionais, é igualmente importante compreendermos o tipo de efeito que estão surgindo essas oportunidades”.

A questão a qual Mannheim e também Fernandes se dedicam, é a interpretação do sentido que a educação exerce sobre o desenvolvimento dos indivíduos, pensando em qual tipo de educação e as formas em que elas são ofertadas para os sujeitos. Qual a serventia da experiência educacional? Quais são os meios e fins do processo educacional, e quais suas relações com as experiências exteriores à escola? Em suma, não se deve ignorar nem subestimar os efeitos da vida do cotidiano na escola e na educação, a tarefa real consiste em ampliar as perspectivas acerca do que é a educação e também, do que ela pretende ser (MANNHEIM, 1972).

A partir dos apontamentos acima apresentados, cabe analisar as formas sob as quais a educação se relaciona com a expansão dos valores democráticos, com o trabalho do sociólogo e, conseqüentemente, qual a sua função enquanto agente ativo da mudança social. Qual a função do sociólogo no planejamento educacional? É responsabilidade dos sociólogos a superação dos entraves educacionais? O que tem a ver com educação e democracia?

## **O OFÍCIO DO CIENTISTA SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DA MUDANÇA CULTURAL PROVOCADA**

Para dar continuidade a análise da educação enquanto fator de mudança social, conforme observado nas seções anteriores, agora iremos nos debruçar sobre o tratamento sociológico da educação, bem como a função do sociólogo neste processo. De antemão é preciso delimitar os espaços de intervenção do cientista social.

Primeiramente, os sociólogos não dispõem das condições e muito menos possuem o intuito de resolução prática dos problemas sociais, a função desempenhada pelos cientistas sociais é a da interpretação sociológica dos objetos, bem como do apontamento das possibilidades para superação dos conflitos e dilemas sociais. Esse processo de interpretação e superação nada tem a ver com a resolução, afinal tudo isso dependerá da forma como o sociólogo será inserido no processo de análise e também, os arranjos dispostos pelo meio social para a mudança efetiva.

Em decorrência das questões apresentadas no parágrafo anterior, a mudança efetiva dos dilemas educacionais e demais entraves sociais irá depender do grau de alcance e impacto do conhecimento na sociedade. Sendo assim, os meios de comunicação surgem como ponto fundamental para o desenvolvimento racional em uma sociedade de massas, ou seja, os meios de comunicação são agentes potencializadores e viabilizadores dos avanços. Na medida em que os eles tornam-se acessíveis ao grande público - senso comum, o conhecimento científico é racionalmente direcionado para implementação de novas perspectivas e quadros sociais. Por fim, mas não menos importante, as condições de trabalho sob as quais a pesquisa social é desenvolvida, influenciam em muito os resultados alcançados.

Para a abordagem sociológica dos problemas educacionais, partindo das perspectivas de Fernandes (2005) e Mannheim (1972), é imprescindível a organização de ações racionais planejadas entre todos os setores e profissionais envolvidos na tarefa de transformação social. Nesse caso, a associação entre educadores e cientistas sociais contribuem para a construção de projetos que intervenham de forma adequada e racional na estrutura e no funcionamento do ensino.

Ora, se ao sociólogo cabe a interpretação sociológica dos fenômenos, à sociologia ficam delegados os fundamentos sociológicos dos elementos, isto é, a assimilação entre a teoria e a realidade empírica. Dito de outra forma, a compreensão da natureza sociológica dos contextos sociais. Sob esta perspectiva, a sociologia fornece aos educadores as ferramentas necessárias para a apreensão da realidade social e de seus elementos constitutivos. Ela ajuda o professor a pensar o lugar da educação na ordem social, bem como os valores envolvidos nas práticas educativas.

A sociologia surge assim no campo educacional, proporcionando as técnicas necessárias para a investigação da realidade e compreensão das dificuldades do tempo histórico. Nesta busca, a sociologia é um instrumento de duplo sentido: como teoria especial da educação e como novo enfoque histórico. A educação deve ser interpretada enquanto as finalidades educacionais de uma época. A educação não é uma ação abstrata, ela ocorre de forma concreta e se encontra localizada dentro do

quadro histórico, ela é uma emanção dos atores envolvidos com o seu desenvolvimento e os interesses e ideais em disputa no decorrer do seu processo.

## **FAMÍLIA E ESCOLA: OPOSTOS COMPLEMENTARES**

É sabido que onde as sociedades se desenvolvem, também desenvolvem-se os meios de organização da vida social - as instituições sociais. Elas são responsáveis por contribuir com o desenvolvimento social e individual dos homens, seus valores, suas maneiras de se comportar, etc. A educação, conforme nos informa Mannheim (1972) e Fernandes (2005), é apenas um dos meios pelo qual se desenvolvem os sujeitos. Da mesma forma, ela também se dá o peso da experiência infantil na construção dos sujeitos, a educação familiar, a natureza da organização escolar e a espécie de disciplina e o contexto social em que se situam. Todos estes elementos são formadores de subjetividades e disposições, e estão propícios a reformulações e negação, a depender do contexto social em que se localizam e se produzem, e de acordo com as forças sociais dirigidas à transformação ou reificação destas dinâmicas.

Dito isto, cabe observarmos as capacidades da escola através de suas características administrativas e pedagógicas, quais marcadores sociais extra escolares influenciam essa dinâmica, bem como os efeitos que se impõem sobre o aprendizado e o desempenho dos alunos. O debate, em determinado âmbito, está colocado sobre as formas de superação das desigualdades sociais dentro da escola. Se a sociedade não é democrática, não é justa e igual para todos e todas, tão pouco será a escola. Em contrapartida, o trabalho dos educadores e dos gestores educacionais progressistas, isso enquanto agentes da mudança social, do desenvolvimento crítico e formadores da cidadania, tem o dever de agir na contra hegemonia das disposições reprodutivistas.

Na tarefa de compreendermos os possíveis efeitos da família sobre o desempenho dos alunos, assim como os as consequências no âmbito escolar, é necessário combater interpretações inocentes e por vezes dissimuladas que, atribuem à escola, de um lado, ou a família, de outro, a total responsabilidade pelo aprendizado, pelo desempenho, ou pelo sucesso escolar dos alunos. É possível dizer que ambos fatores, simultaneamente, operam dinâmicas complementares: caso ocorram déficits em algum grau em qualquer um desses dois meios, acarretará sobrecarga para as funções/responsabilidades do outro meio, para ver isso mais de perto observamos dois argumentos idealizados do que propomos combater.



Na família é onde se mobilizam estratégias educativas que impulsionam o aluno no campo escolar. Isso se dá, em regra, pela transmissão do capital cultural (formas de conhecimento e habilidades que garantem a quem o possui, entre outras coisas, a familiaridade com o mundo escolar), pelo incentivo a hábitos de estudo, pela criação, desenvolvimento e manutenção de expectativas em torno do alcance educacional, pelo capital econômico que pode mobilizar em favor desse alcance [...] no todo, formam uma cosmologia onde a escola torna-se lugar central para a garantia de determinadas condições de vida, estabelecidas ou almejadas. (CANDIAN E REZENDE, 2012, p. 3)

O primeiro conceito a ser analisado, de acordo com Candian e Rezende (2012), trata do “pedagogismo inocente”, que interpreta que a escola tem total responsabilidade sobre a trajetória escolar, bem como o sucesso dos educandos. Nesse caso, a escola tem condições de superar as desigualdades familiares, proporcionando um ensino equalizador, que elimine as diferenças.

O segundo conceito é o “derrotismo escolar”, que parte da concepção da escola enquanto uma instituição de pouco impacto sobre as possibilidades e chances da vida dos alunos. Nesse sentido, a escola encontra-se de “mãos atadas” em relação às origens sociais dos alunos, não as nega, apenas as interpreta com conformidade.

Nenhuma destas duas perspectivas nos oferecem razões práticas para a mudança do quadro social, do ajustamento das oportunidades escolares e do alcance do ensino em sua totalidade. Na segunda – “derrotismo escolar”, os dilemas sociais encontram-se exteriores à escola. Na primeira – “pedagogismo inocente”, a escola possui um papel ativo para reduzir os efeitos da origem social. Nesse caso, trata-se de optar pela via do meio deste dilema, intercalando suas emergências, potencialidades e perspectivas de mudanças e melhorias.

De acordo com a perspectiva do ‘realismo escolar’, que aqui utilizamos como pano de fundo motivador de nossas investigações, nem escola nem família podem, de antemão, ser consideradas como, necessariamente, preponderantes uma sobre a outras. [...] O papel da família nunca desaparece, assim como o da escola. [...] Em outras palavras, quais os efeitos que as características familiares podem exercer sobre o desempenho dos alunos? (CANDIAN e REZENDE, 2012, p. 5).

Existem diversas estratégias para a transmissão dos capitais culturais, seja pelas formas familiares onde a cultura escrita é dominante, ou onde a ordem moral doméstica é rígida e o bom comportamento, o incentivo ao esforço e a esperança são presentes, de acordo com Candian e Rezende (2012, apud Lahire, 1997), são esses traços que são preparatórios para uma boa escolarização. Ou então, conforme destacam Candian e Rezende (2012, apud Alves, 2007) sobre o investimento pedagógico, são estes fatores determinantes e que variam em número e grau nos mais



vastos grupos familiares. Por meio dele que a escolarização surge como possibilidade de êxito, de prestígio social, de mobilidade, ascensão ou manutenção da posição social são fatores que fazem variar o investimento na carreira escolar.

Além destas existem outras disposições, como o capital social intrafamiliar, fatores como o tamanho das famílias e da estrutura familiar, bem como a presença de livros no ambiente doméstico, hábitos de leitura e o envolvimento dos pais nos deveres e em atividades culturais. Estes são os fatores que causam mais impacto no desempenho médio dos alunos (Candian e Rezende, 2012, apud Soares, 2004). A herança cultural, da mesma maneira que naturaliza o consumo cultural, também proporciona o maior entendimento com o hábito escolar do aluno. De acordo com Candian e Rezende (2012, p. 7 - 8):

[...] a pesquisa sociológica precisa buscar a fonte das dificuldades da escola e do ensino nos bairros populares na confrontação dessas duas lógicas desiguais, e não na carência cultural e na negligência das famílias e, portanto, a ausência das famílias na vida escolar dos seus filhos é algo que precisa ser que investigado. Para o sistema escolar, o grande desafio é fazer com que as características familiares e as desigualdades existentes entre elas não afete negativamente o desempenho dos alunos nem aumente as diferenças entre eles. [...] Como apontamos anteriormente, o caminho mais pertinente de ser traçado parece mesmo a consideração que tanto a escola quanto a família são capazes de interações complexas, levando a resultados diferentes, de acordo com cada contexto analisado. Desta forma, considerando a importância dos efeitos familiares sobre o comportamento escolar do aluno, e, por conseguinte, sobre seu desempenho escolar, a escola pode atenuar (mas nunca eliminar completamente) os efeitos de origem (em um quadro que, para efeitos gerais, poderíamos chamar de eficácia escolar) ou aprofundar os efeitos de origem (um exemplo de ineficácia escolar). No primeiro caso, estaríamos diante da redução de desigualdades, ao passo que, no segundo caso, estamos diante da ampliação de desigualdades.

Partindo disso, podemos analisar questões referentes à avaliação educacional, e interpretar os efeitos dos fatores extraescolares (classe social, raça, gênero, escolaridade dos pais, renda) com os fatores intraescolares (gestão escolar, práticas pedagógicas, infraestrutura escolar, qualificação profissional, entre outros). Os efeitos que os primeiros têm podem ser, em alguma medida, compensadores ou reforçados pelos últimos. A natureza das interações entre a escola e a família andam juntos, a família é fator crucial para o desempenho escolar do aluno. Entretanto, seu papel pode ser entendido ou atenuado, de acordo com as características que a escola possui.

Retomando as contribuições de Mannheim (1972), o autor acreditava que o principal agente educativo seria a comunidade e as relações desta com os sujeitos escolarizados - as crianças, seus objetos e suas relações com a cultural, bem como suas conexões com a sociedade de forma mais

ampla além dela mesma. Dessa forma, a educação não pode ser pensada em termos de compartimento. A sociedade educativa da qual fala Mannheim representa uma educação amplificada, e para isso, é essencial a educação escolar dialogar com os demais setores da sociedade educativa. Isto posto, reforça o argumento da seção anterior, a de que a educação é desenvolvida a depender da forma e do grau em que os educadores e sociólogos estão envolvidos no processo educativo, bem como em seu planejamento.

### **OS DILEMAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA: ENTREVISTA COM A PROF. DR. IANA GOMES DE LIMA**

Por fim, mas não menos fundamental, gostaríamos de compartilhar junto com a prof. Iana<sup>3</sup>, alguns dos novos dilemas que se apresentam para a educação pública no Brasil, mais especificamente aos educadores e as instituições de ensino no contexto da pandemia.

**Entrevistador** - Sobre as entrevistas que tu vens desenvolvendo com os professores da educação básica, quais são os principais entraves postos pela pandemia no campo educacional?

**Entrevistada** - Tem duas perspectivas diferentes de quando a gente fala de escola e pandemia: a questão da escola pública e a questão da escola privada. Especialmente nas escolas públicas a gente tem os grandes impactos, primeiro porque quase noventa por cento das matrículas na educação básica são em escolas públicas. No ensino público a principal questão é relativa ao acesso. O acesso era praticamente universalizado no ensino fundamental, e atualmente ele não porque as pessoas não tem como acessar a escola, já que a escola não existe fisicamente, ela se tornou o espaço do virtual. [...] Dito isto, eu não estou de forma nenhuma defendendo a abertura das escolas, eu acho que é um crime nesse momento reabrir as escolas, estamos em um momento muito caótico da pandemia. Enquanto a gente não tem políticas que permitam que estas crianças acessem à escola de forma segura, não há como reabrir. É preciso atentar que não apenas agora com a pandemia, mas, especialmente, nesta conjuntura, precisamos de políticas para além do aspecto educacional: políticas de assistência, para que as famílias tenham acesso à alimentação, à internet etc.

---

<sup>3</sup> Iana Gomes de Lima é pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFRGS e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), atuando na linha de pesquisa Políticas e Práticas Educativas.

**Entrevistador** - Tu comentaste sobre a perda do espaço físico da escola, e esse é um questionamento que me acompanha. Eu gostaria de entender o que perde a escola sem o espaço escolar? Ou tentar entender qual o peso físico do espaço e as implicações de novas dinâmicas e processos de aprendizagem. Adiantando uma outra pergunta, tu tinhas comentado sobre o retorno das aulas. Como tu deixou claro, não é do interesse da escola pública o retorno das aulas. Quais instituições de ensino estão a favor disso? Qual a lógica educacional está interessada neste retorno? Primeiro, sobre qual a importância do espaço físico da escola, para as dinâmicas culturais e os processos de ensino aprendizagem e segundo, qual é a lógica por trás desse retorno às aulas, os interesses desse tipo de educação.

**Entrevistada** - Primeiro, o espaço físico da escola é o espaço da pluralidade, é o espaço da convivência, a educação é um processo coletivo. Na verdade, quando a gente deixa de ter esse espaço físico da sala de aula, desse acesso, a gente deixa de ter um processo educacional como efetivamente, na perspectiva que eu trabalho - a perspectiva freireana, que é a do espaço do diálogo, da construção coletiva, da troca, não é simplesmente uma questão de transmissão de conteúdos, de uma educação bancária, é uma questão de construir juntos. [...] No grupo que eu tenho coordenado com professores e professoras de educação básica, essa questão do espaço surgiu bastante na educação física onde, a noção de corpo, a noção de espaço, de lateralidade, de motricidade, muitas vezes é construída em relação ao colega e não ao professor, e aí a gente perde tudo isso. Quando a gente perde o espaço físico a gente perde a possibilidade de interações que são fundamentais para a construção do conhecimento e para a perspectiva de aprendizagem. O que embasa essa perspectiva de reabrir é a lógica mercadológica. Uma coisa que eu acho muito interessante que se dizia ano passado era que precisava reabrir as escolas porque as crianças precisam se alimentar, e elas fazem isso na escola. E daí ano passado quando reabrimos as escolas no Rio Grande do Sul, grande parte dos professores que fazem esse trabalho comigo no projeto de extensão, os professores de escolas privadas relatam que as crianças voltaram em sua grande maioria, tinham sala de aulas com oitenta, noventa por cento de lotação. Enquanto que nas escolas públicas no ano passado, quase ninguém voltou. E aí o discurso era de que essas crianças precisam comer, mas pera aí, então o que aconteceu, eu dizia isso conversando com alguns professores da área, do quanto tem um discurso classista da classe média dizer o que os pobres precisam. Os pobres precisam comer e logo, precisam voltar para a escola, mas isso não se efetivou naquele momento. Nisso tem um discurso muito do mercado, de que para as coisas poderem voltar a funcionar, a gente precisa que essas crianças estejam na escola para estes pais

e mães trabalhem. Uma questão que é muito forte pra mim e embasa a volta, e aí é muito um conceito do Bourdieu, é o de que o conhecimento escolar ele se transforma, o capital cultura se transforma em capital econômico, do quanto isso se torna uma moeda de troca no mercado. E eu acho que tenho, e isso é um achismo baseado nas conversas que tenho tido com estes professores de educação básica e com algumas famílias de que, há uma preocupação grande da classe média em relação ao seus filhos dizendo que eles estão atrasados, dizendo que eles estão perdendo coisas, e aí é a maior pressão, tanto é que essas passeatas e carreatas que a gente vê para voltar as escolas é só de gente de classe média, preocupadíssimas com o fato de que seus filhos estão em casa, tendo déficit, a preocupação que no futuro isso vai ser um problema para eles acessarem mercado de trabalho, isso é o mais forte talvez, mais do que inclusive essa questão dos pais voltarem a acessar o mercado de trabalho. Por que se a gente for ver muitas comunidades mais periféricas, elas se organizam deixando os filhos nas vizinhas, com as tias e avós, e aí tem uma coisa de comunidade muito forte nesses espaços, [...] mas assim, eu acho que tem uma coisa muito preocupada da classe média de dizer: tem uma questão que é de que os nossos filhos vão perder, vão ter um déficit. Eu acho que acaba passando muito por aí essa pressão para as escolas voltarem.

**Entrevistador** - Eu posso observar isso um pouco de perto porque o meu irmão é bolsista em uma escola privada aqui de Porto Alegre. E daí eu vejo esse movimento dos pais, de pressão mesmo para tentar de tudo para que os filhos voltem às aulas. O que me pega mesmo é pensar a importância do espaço físico da escola. O que vai mudar isso? Porque o discurso é de que eles estão perdendo, que eles não irão aprender direito. Daí eu fico pensando que a criança pode muito bem dentro da escola e continuar não aprendendo, não prestando atenção. Não é o espaço físico em si que vai garantir a aprendizagem, e eu posso ver isso com o meu irmão mesmo pois ele tem uma série de dificuldade em algumas disciplinas. É uma coisa que eu fico pensando, que ele não está perdendo, já que ele não está prestando atenção em casa ele também não vai prestar na escola, a estrutura física da escola não me garante isso.

**Entrevistada** - Eu acho que sim, não garante, mas é que é diferente também né, tem uma coisa assim, crianças aprenderem em casa é outra dinâmica, pra gente que é adulto é mais fácil, porque a gente já conhece muito da nossa dinâmica de aprendizagem, as crianças não, para eles é muito difícil, eu acho que não garante, mas faz muita diferença eles voltarem para a escola [...]. Óbvio que a escola tem que voltar, porque se não daí a gente pode cair em uma coisa que muitos defendem, que é a educação domiciliar. Já que a escola não faz diferença, vamos todo mundo para a educação domiciliar, não, faz

diferença, a gente quer que as escolas reabram, a gente quer que as crianças estejam na escola, isso é fato, mas, ao mesmo tempo, neste momento, não. Porque inclusive tem uma coisa que é muito importante pensar, que é sobre os pais terem o direito de optar se os seus filhos voltar ou não voltar. Tá, mas e o professor, ele não tem o direito de optar se ele vai ou não vai trabalhar, ele tem que se expor ao risco, tem vários em grupo de risco, tem vários que não poderiam voltar e estão voltando, que não estão vacinados, bom, então a gente tem que fazer uma luta anterior, vamos garantir que os professores sejam vacinados e a gente reabre com um pouco mais de segurança. É importante a escola no seu espaço físico? sim, precisa voltar, precisa, agora? não.

**Entrevistador** - Para seguir nesse fio acerca das relações do espaço e dessa nova modalidade que implica novas dinâmicas às famílias, a escola e aos professores também. Tu acreditas que a presença dos pais durante esse período de aprendizagem de seus filhos eles tem se tornado mais constantes? Pergunto isso sobre a perspectiva da educação pública, e nesse caso, isso fortalece uma relação entre família e escola, aproxima o campo doméstico do campo escolar em algum sentido?

**Entrevistada** - Eu acho que sim em alguma medida, mas acho que não em outras também, é muito diverso! Aproxima um pouco porque principalmente familiares de crianças menores estão precisando se comunicar muito com a escola, para ajudar os seus filhos e suas filhas. Então nesse sentido aproxima, a escola tem se comunicado muito por *whatsapp*, tem impresso documentos, leva nas casas, os pais e as mães vão lá buscar, tem uma dinâmica que talvez aproxime mais, eu acho que também tem uma coisa muito de escolas periféricas estarem ajudando as suas comunidades [...]. Em certa medida sim, eu acho que aproxima um pouco nesse sentido. Ao mesmo tempo, eu não sei o quanto isso vai repercutir quanto a volta, as dinâmicas também são outras, talvez a gente volte a ter o que a gente já tinha antes: eu vou deixar o meu filho lá, vou para o meu trabalho, vou fazer as minhas coisas e a escola segue lá educando. Eu não sei o quanto isso vai ser transformador, gostaria de pensar que sim.

**Entrevistador** - Partindo dessa pergunta, uma hipótese que eu tenho é que se essa aproximação entre família e escola seria um elemento que promovesse um novo tipo de cultura escolar, que integrasse esses dois espaços.

**Entrevistada** - De novo, eu acho que pode, mas não muito diferente do que já é dado, do que temos atualmente. O discurso da educação domiciliar vai perder força em alguns espaços, principalmente nos espaços mais carentes, porque esses sujeitos estão vendo que não é fácil educar em casa e que precisam da escola, mas talvez não sejam nesses espaços em que esses discursos circulavam mais.

Mas por exemplo agora, está tramitando na Assembleia Legislativa o PL da Educação Domiciliar, e tá um movimento enorme em relação a isso, porque ao mesmo tempo as famílias de classe média, classe alta, estão fazendo uma pressão nesse momento se aproveitando da pandemia dizendo: olha, os nossos filhos já estão sendo muito bem educados em casa e vão continuar. Porque eu estou falando isso, por causa dos binômios que estão sendo criados da escola versus família, como por exemplo a Escola Sem Partido, ela fez muito isso, a família de um lado, a escola de outro, colocando um contra o outro. Talvez em algumas medidas, isso em algumas comunidades seja amainado, essas contraposições entre escola e família, acho que isso talvez diminua, mas em outras ela infelizmente se fortalece, e aí não muda muito essa cultura da aproximação.

**Entrevistador** - Ampliando o debate, como podemos pensar a avaliação no contexto pandêmico? Sob a modalidade do ensino a distância, tu sabes as possibilidades de continuar exercendo essa dinâmica avaliativa, como ficam os conselhos de classe? Acredito que os conselhos de classe são fundamentais para o desenvolvimento das relações da instituição de ensino com a família dos educandos. Como se dá tudo isso na pandemia?

**Entrevistada** - Primeiro é importante dizer que o que a gente tá vivendo não é uma educação a distância. A gente tem que bater na tecla de que é um ensino remoto, e eu gosto da ideia do emergencial, [...] a gente tá vivendo em um momento de emergência e é disso que a gente está dando conta. A educação a distância tem toda uma legislação específica, e ela é uma modalidade de ensino, o ensino remoto emergencial não é uma modalidade de ensino. Dentro do ensino remoto, a gente tem uma diversidade disso que tu está falando, existem muitas formas diferentes de fazer avaliação nesse momentos, algumas escolas, especialmente as privadas seguem avaliando, fazendo provas, é normal, só que tá em casa, essa é a ideia.

**Entrevistador** - É o novo “normal”...

**Entrevistada** - Exato, para essas escolas é assim, mas vários professores e professoras se perguntam sobre isso. Eles questionam esse tipo avaliação, pegando um exemplo dos professores que eu dialogo, ele se questionava como avaliar um aluno na disciplina de educação física, por exemplo se ele não está fazendo um determinado movimento, será que ele não está fazendo determinado movimento por vergonha de fazer esse movimento aqui na câmera, porque é diferente de fazer lá com os colegas, se ele não consegue fazer esse movimento ou talvez, porque ele não tenha um espaço adequado pra fazer esse movimento, por que ele não tem o material? Como que eu avalio isso, como conseguimos dizer isso nesse momento. Mesmo nas escolas privadas existem muitas reflexões em torno disso por parte

dos docentes, mas as escolas seguem avaliando muito parecido. Enquanto que nas redes públicas isso também é muito diverso, existem redes públicas que decidiram por não ter reprovação nesse momento, então a rede toda decidiu que ninguém ia ser reprovado, todo mundo foi aprovado para o próximo ano, isso também acontece muito porque nesse momento, talvez o que fica mais gritante é que não tem como avaliar, a gente não tem condições de avaliar os alunos e as alunas se eles aprenderam ou não aprenderam, a gente não sabe se foram eles que fizeram as atividades ou não, a gente não tem essa condição, eles não tiveram “aula”, e se eles não tiveram “aula”, a gente vai avaliar o que?

Ainda tem uma terceira questão que é importante, que muitas escolas optaram por fazer pareceres amplos, valorizando inclusive o que as crianças estão fazendo em casa, porque muitas escolas recebem videos delas lavando louça, ajudando em casa, isso também são aprendizagens que essas crianças tiveram durante a pandemia em casa. Talvez seja coisa que a gente vai ter que discutir, que eu já venho discutindo com esse grupo de professores que é sobre qual é o currículo socioemocional que a gente vai avaliar na volta? Porque a gente não vai poder partir do nada, como se não tivesse acontecido nada, elas ficaram dois anos dentro de casa, mas vamos fingir que não aconteceu nada, como não aconteceu, aconteceu um monte de coisa. E os conselhos de classe, algumas escolas têm seguido com isso, tem seguido fazendo os conselhos de classe às vezes para decidir de que vão fazer uma avaliação mais ampla desses alunos e alunas, e não apenas de conteúdos escolares [...].

**Entrevistador** - Agora tu trouxeste uma coisa que eu não tinha pensado ainda, sobre essa avaliação mais ampla. Uma pergunta que eu tinha formulado antes é acerca das “potencialidades” que o período da pandemia tem proporcionado para o campo da educação no geral. No sentido de instituição de novas práticas ou no desenvolvimento de outras atividades nesse contexto, mas reforço, com bastante aspas, essas potencialidades.

**Entrevistada** - Não, eu te entendo, e estou tentando pensar. Não sei muito se tiveram essas “potencialidades”. Eu acho que talvez a grande potencialidade de tudo isso é reforçar a importância da escola.

**Entrevistador** - E de o quanto é difícil também né, o chão da escola, porque agora, eu tô sentindo na pele acompanhando o meu irmão, tentando ajudar ele no desenvolvimento das atividades, eu to vendo como é difícil.

**Entrevistada** - Ensinar...



**Entrevistador** - E demanda muito, muito tempo, e por exemplo, nas famílias da classe popular, da classe trabalhadora, não se tem a demanda de tempo necessário para se acompanhar esse processo, porque eu acompanho ele em casa, estudando e trabalhando, acompanhando o estudo dele e é praticamente o dia inteiro sabe.

**Entrevistada** - Não tem paciência né, e outra coisa, não precisa ter paciência, as famílias não são formadas para isso, então não tem muitas vezes paciência, não tem formação [...] Mas eu acho que a importância de tudo isso é reconhecer a importância da escola, é reafirmar isso. Porque eu fico pensando sobre o uso de tecnologias, mas isso é para uma parcela tão pequena da sociedade, a grande parte não tem esse acesso. Eu poderia te dizer no Ensino Superior, que a coisa das lives é muito legal a gente ter interlocuções com pessoas de outros lugares, que a gente não teria assim, mas assim também, eu não sei o quanto esse boom já não passou, [...] atualmente ninguém quer ver mais nada, a gente só quer que tudo isso passe, a gente não tem mais paciência de ficar horas na frente do computador, então acho que a grande potencialidade é essa, a gente perceber que precisamos do espaço da escola, de que as relações sociais são fundamentais.

**Entrevistador** - Agora pouco tu estavas falando sobre essas supostas “evoluções tecnológica”, que parece que a gente “descobriu” as ferramentas né, mas que elas têm um acesso muito restrito, isso é fato. Pensando agora exatamente as questões referentes ao acesso e a qualidade de ensino, tu sabes me dizer se existem dados que expressem ou meçam o atual contexto da educação entre essa relação de acesso e acessibilidade na educação pública.

**Entrevistada** - Eu não tenho acesso a esses dados, de como tem sido o acesso, o que eu posso te dizer são alguns micros dados.

**Entrevistador** - Isso, me refiro sobre as perspectivas que tu vens colhendo das tuas pesquisas.

**Entrevistada** - Esse grupo de professores, eles sempre falam que grande parcela não acessa, nem sequer entram no sistema. Eu acho que tem várias questões, primeiro, a própria dificuldade de acesso, de não ter dinheiro para ter acesso, porque isso são dados, os dados de internet são caros, as pessoas não tem mesmo como fazer isso, mas acho que também tem uma própria questão das condições materiais dos sujeitos naquele momento, e emocionais também, mas as materiais como o desemprego, não ter a família em casa pra ajudar, pensa em como uma criança que está sendo alfabetizada ingressa, nem sabe como ingressar na plataforma, e muitos pais e mães não tem essa alfabetização, e muito menos uma alfabetização digital.

**Entrevistador** - O que eu tinha organizado era mais ou menos isso, mas eu posso deixar o espaço aberto caso tu queiras pontuar mais uma ou duas coisas que tu aches pertinente e a gente tenha deixado de abordar ou reforçar algum ponto.

**Entrevistada** - A grande questão que eu acho importante de bater sempre, é a de que têm duas questões fortes acerca da educação e da pandemia. A primeira é a de que há ampliação das desigualdades sociais, muito evidentes, e cada vez mais evidentes, eu acho que a gente tem um projeto mesmo nesse sentido, de tem gente que vai seguir, tem gente que não vai seguir e azar, é um pouco isso que está dado, e isso é um absurdo. A educação é um direito, todo mundo tem que poder acessar, mas estamos em um momento de crise, e não tem como viver com a lente da normalidade em um momento de crise, não é normal, a gente tá vivendo em um momento de exceção. Eu sempre uso a imagem, que não é a melhor, mas enfim, se fosse um momento de guerra ninguém estaria discutindo, se tivesse caindo bomba aí, ninguém ia estar discutindo se as crianças tem que voltar para escola ou não, e a gente viveu alguns momentos que era guerra, era guerra de um vírus que a gente não enxerga, mas que estava matando um monte de gente e as pessoas todas ficando doente, e a gente seguindo nessa lógica. A gente segue com a lógica produtivista em um momento onde a gente não deveria estar com isso.

A ampliação das desigualdade sociais é a primeira delas, e a segunda, que a gente sempre tem que falar enquanto educadores e educadoras, da questão das condições de trabalho docente, que são muito difíceis nesse momento, tem uma desumanização da figura do professor e da professora, de que tem que seguir depender do que está acontecendo, e estes professores e professora estão adoecimento, muitos deles estão morrendo, muitos estão com familiares doentes ou que estiveram com familiares doentes, ou estão com seu filhos e suas filhas em casa. Sobre as condições de trabalho desses docentes, as pessoas não estão muito preocupadas em geral, só querem retomar e seguir. [...] É muito difícil isso, e quem quer que volte não está muito preocupado com isso. E por fim, acho que só assim, uma das questões que talvez em escolas privadas a gente tenha tratado pouco, porque parece que as escolas privadas seguiram e está tudo bem, e o emocional dessas crianças que estão aprendendo de qualquer jeito e passando cinco horas na frente de uma tela de computador. Vai ter impactos emocionais também para essas crianças, claro, as crianças que frequentam a escola pública a gente tem outras emergências, que é a da sobrevivência, mas a dessa crianças que são de escolas privadas, elas estão suscetíveis a um monte de coisa também, mas a condições psíquicas dessa crianças vão ser

muito afetadas também, que a gente vai ter que ter muito em mente quanto a gente voltar para o presencial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transcorrido esse esboço de interpretação sociológica dos dilemas educacionais, desde Fernandes, Mannheim e até aos novos dilemas impostos pelo contexto da pandemia da Covid-19, a educação mais uma vez encontra-se numa encruzilhada. Primeiramente, pelo elevado grau da desigualdade social e educacional, fatores estes aprofundados durante a pandemia. Outro elemento pertinente no cenário atual, é a questão do trabalho docente, bem como sua desvalorização e precarização. Atualmente o trabalho docente apresenta condições desumanas de trabalho, tanto no que tange às condições físicas de segurança e estrutura, quanto às condições de saúde mental e de adoecimento psíquico.

Conforme exposto na entrevista com a professora Iana, para além da pressão das classes médias, também existe um grande interesse do mercado tecnológico em promover novas plataformas e aplicativos de ensino neste período de excepcionalidade. Mais uma vez as lógicas do mercado normalizam a barbárie em detrimento da arrecadação de lucros, os professores da rede privada de ensino estão tendo que retornar às salas de aula, ao passo que os estudantes podem optar por ir ou não ao presencial. Será que os professores e as professoras não têm o direito de optar acerca do seu retorno, acerca da avaliação das suas estruturas, concretas e subjetivas de continuar ensinando sob a emergência de um inimigo invisível?

Um outro elemento constante nos estudos da sociologia da educação, compete às relações entre a família e os círculos de cultura escolar estabelecidos no âmbito doméstico, na produção de sentidos e perspectivas representadas pela escola, bem como o peso das relações família-escola para o desenvolvimento dos sujeitos escolares. No contexto pandêmico, estas relações parecem estar se reformulando - em certa medida, e apresentam pólos antagônicos e em disputa. De um lado, podemos observar um certo tipo de afirmação e reconhecimento da identidade e das funções sociais da escola, percebendo-se as dificuldades que envolvem o processo educativo. A relação entre muitos pais com a escola tem mudado, percebe-se uma aproximação do cotidiano - mesmo que excepcional, dos professores e das escolas.

Em contraposição a isto, também podemos observar, por uma parcela da classe média e alta, um reavivamento da defesa da educação domiciliar. Feita essa breve recapitulação de alguns dos

pontos centrais desenvolvidos ao longo do trabalho, acredito que agora consigamos traçar algumas problemáticas e possíveis reverberações futuras, em decorrência das novas dinâmicas sociais vivenciadas pelo campo da educação no contexto da pandemia.

É interessante uma fala que a Iana traz ao final da entrevista sobre o retorno das escolas, que se estivéssemos vivenciando uma guerra não estaria na ordem do dia uma pauta dessas, a do retorno às escolas. Partindo disso, acredito que seja possível dar dimensão a crise que vivenciamos. Sob a minha perspectiva, a crise de forma alguma é educacional, a educação no Brasil segue a passos débeis de disputas de reformulações, de parcerias público-privado. Ante ao prisma da “crise educacional”, podemos dizer que persiste na educação, o dilema histórico acerca da questão do acesso e da qualidade de ensino, a qual sob o contexto pandêmico tem se agravado.

Gostaríamos, por fim, de retomar um pouco a ideia lançada por Mannheim acerca da educação enquanto técnica social. De acordo com ele, a técnica social seria um meio de proporcionar e organizar os comportamentos humanos em prol da construção das instituições sociais. Sob o contexto pandêmico, as tentativas de retorno da educação e a concepção do novo “normal”, representam e instituem uma educação profundamente desumana. Visto que, partimos da ideia de educação enquanto uma técnica social, que possui potencialidades de instituir novas práticas e fazer surgir comportamentos desejáveis.

## Referências

FERNANDES, Florestan. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. v. 86, n. 212. 2005.

LIMA, Iana Gomes de. **Entrevista: Os Dilemas Educacionais na Pandemia com a Prof. Dr. Iana Gomes de Lima**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UPagvnxITDk&t=509s>

MANNHEIM, Karl; STEWART, W.A.C. **Introdução à sociologia da educação**. 2 ed. - São Paulo: Cultrix, 1972.

NOGUEIRA, M. A. A Categoria Família na Pesquisa em Sociologia da Educação: Notas Preliminares Sobre um Processo de Desenvolvimento. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 9, 23 out. 2013.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Educação: objeto sociológico e dilema social**. In: FERNANDES, Florestan; OLIVEIRA, Marcos Marques de. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 164 p.: il. – (Coleção Educadores).



REZENDE, W. S.; CANDIAN, J. F.. A família, a escola e o desempenho dos alunos: notas de uma interação cambiante. III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação, 2012, Zaragoza. **III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação, 2012.**

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares - as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). **Escola & Família:** trajetórias de escolarização em camadas médias populares. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 17-43.